

# Votos nulos e em branco, uma resposta à não regulamentação

O imenso volume de votos nulos, votos em branco e de abstenção nas eleições proporcionais, mais a renovação superior a 61 por cento na Câmara dos Deputados e a reeleição de apenas três senadores, estão impondo a todos os partidos uma certeza e um desafio comuns. A certeza decorre da conclusão unânime de que a falta de regulamentação da Carta pesou gravemente contra os atuais parlamentares no julgamento do eleitorado. O desafio é e será alcançar consenso nas bancadas, para decidir se é melhor antecipar a revisão constitucional marcada para 1993 ou regulamentar a Constituição imediatamente no início da próxima legislatura, a partir de 1º de fevereiro. Todos os partidos estão divididos.

Futuros parlamentares e atuais detentores de mandato, aliados e adversários do Presidente Collor, deputados e senadores recém eleitos do Sul até o Norte do País e consultados pelo GLOBO durante a última semana revelam divergências, tanto sobre o conteúdo das mudanças a serem feitas quanto sobre a forma de mexer na Constituição.

— A proposta de antecipar a revisão constitucional representa um golpe contra o Presidente Collor — opina o Deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

— A revisão antecipada da Constituição representa uma tentativa do Governo de golpear as conquistas que os trabalhadores tiveram na Carta de 88 — entende o futuro Deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Os exemplos de interpretação distinta sobre o significado da idéia de antecipar a revisão constitucional estão longe de se limitarem aos dois futuros deputados. Como mexer na Constituição é questão que divide o PRN a que está filiado o Presidente Collor, o PT de Lula, o PDT de Brizola, o PDS de Delfim Netto, o PMDB, o PSDB, o PL, o PFL, o PTB e o PDC, entre outros.

Nascida de deputados de diferentes partidos, como Miro Teixeira (PDT-RJ) e Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e apoiada pelo Ministro Jarbas Passarinho, a idéia de antecipar a revisão constitucional praticamente divide ao meio um grupo de 40 novos deputados e senadores. Nesse grupo, que inclui representantes dos dez maiores partidos consultados em todos os estados, a regulamentação da Constituição é a idéia que predomina, mas por reduzida diferença. Essa posição é majoritária, por exemplo, entre os pefelistas ouvidos. Não é majoritária, no entanto, no PRN.